

Brasil pode jogar duro com FMI

Cecilia Costa

O Brasil tem todas as condições de endurecer temporariamente com o Fundo Monetário Internacional. Por uma simples razão: está com elevadas reservas cambiais, o que a curto prazo afasta o fantasma da crise cambial.

A posição de reservas do país, ao final do primeiro semestre deste ano, é absolutamente recorde. Segundo o conceito de liquidez internacional (que além de divisas conversíveis engloba ouro, DES — Direitos Especiais de Saque e posição no FMI), o Brasil detém no momento cerca de 12,5 bilhões a 13 bilhões de dólares, conforme informação do Banco Central.

Trata-se realmente de um recorde histórico, porque até então o volume mais elevado de reservas cambiais havia sido atingido em 1978, quando o país detinha 11,8 bilhões de dólares, de acordo com o conceito de liquidez internacional do FMI. Em 82, ano da crise cambial, o Brasil estava apenas com 3,9 bilhões de dólares, ainda segundo esse conceito.

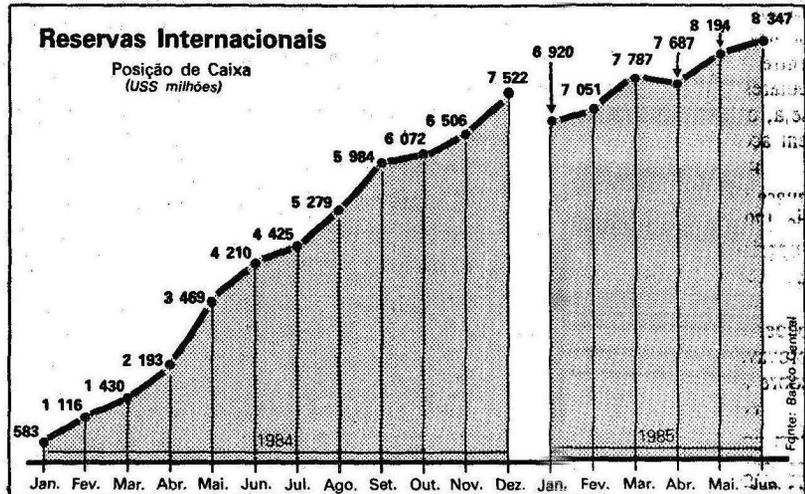
No que diz respeito à posição de caixa do país — um conceito diferente de reservas, pois se refere aos dólares realmente em disponibilidade no Banco Central — a evolução nos últimos três anos é excepcional. Em 82, o Brasil tinha em caixa apenas 983 milhões de dólares. Em 1983, ficou com um déficit de 1,5 bilhão de dólares. Foi o ano pior da crise, quando o país interrompeu as negociações com o Fundo, deixou de receber uma parcela no jumbo (empréstimo de longo prazo dos bancos) e atrasou o pagamento de juros.

Em junho de 85, no entanto, essa mesma posição atinge 8,25 bilhões de dólares, registrando um crescimento quanto a dezembro de 82 de 749%.

Um outro dado que revela a recuperação das reservas internacionais do país é a posição em ouro. Em 1980, o Banco Central detinha 1,1 bilhão de dólares em ouro. Em 1982, essa cifra caiu para apenas 65 milhões de dólares. O ouro foi vendido no exterior para ser convertido em dólares e cobrir o déficit de caixa do Banco do Brasil no mercado de Nova Iorque. Em 1985, em janeiro, a posição do ouro já estava novamente em 632,5 milhões. Já a posição de reservas no Fundo Monetário Internacional, no entanto, continua zerada, o que vem acontecendo desde fevereiro de 83, quando os recursos foram sacados para dar cobertura à crise cambial. Já os Direitos Especiais de Saque no Fundo, que em 83 haviam chegado a zero, começam aos poucos a serem reconstituídos.

A volta da credibilidade

Essa folga nas reservas e na posição de caixa do país não está sendo gerada apenas pelos elevados superávits comerciais, que sem dúvida alguma são o principal motivo da entrada de divisas conversíveis na caixa das autoridades monetárias. Há também uma outra causa, segundo explicou recentemente o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber. Os banqueiros internacionais estão confiando mais no país e ampliará a oferta de linhas de crédito interbancárias, de curtíssimo prazo, às agên-



cias dos bancos privados que operam no exterior e às agências do Banco do Brasil.

Os acordos que têm sido assinados com os bancos e renovados temporariamente por mais 90 dias, às vezes mesmo sem assinatura, prevêm a manutenção das linhas de crédito interbancárias, vitais para o funcionamento das agências brasileiras no exterior e também para o financiamento do balanço de pagamentos, no total de 16 bilhões de dólares. Recentemente, no entanto, essas linhas já chegaram a 16,5 bilhões de dólares, com os bancos concedendo voluntariamente mais 500 milhões de dólares.

Aos bancos brasileiros, a oferta tem interessado porque ao tomarem dólar a curto prazo podem convertê-los em cruzeiros, vendendo ao Banco Central, e aplicar os cruzeiros no open market, onde as taxas de juros estão mais elevadas do que a dos empréstimos externos.

Além de linhas de curto prazo, demonstra também a volta gradual da credibilidade do Brasil no mercado financeiro internacional o interesse de alguns bancos em concederem ao país linhas de longo prazo para financiamento de importação, voluntariamente.

A situação, portanto, no momento, é mesmo confortável, mesmo com o atraso nas negociações com FMI e com os pedidos reiterados de prorrogação dos acordos temporários com os bancos, que mantêm em vigor não apenas os projetos 1 e 2 (renovação de amortizações e empréstimos jumbo), mas também as importantes linhas de crédito comerciais e linhas interbancárias. O presidente do Banco Central chega a considerar que se as negociações com o Fundo ficarem sendo proteladas, sem que haja um rompimento formal até dezembro, o país tem todas as condições de fechar o balanço de pagamentos, mesmo sem contar com o empréstimo do FMI (que estava estimado entre 1,2 bilhão de dólares a 1,4 bilhão de dólares).

Sinal vermelho

É possível, conseqüentemente jogar duro com o Fundo. Exigir respeito à soberania nacional e metas econômicas mais realistas, que evitem a assinatura de várias Cartas de Intenção e não joguem o Brasil, novamente, em recessão profunda, como ocorreu de 1981 a 1983.

Mas até quando? Pois o que mais preocupa o Banco Central é perder de

uma hora para outra as linhas interbancárias. Assim como ocorreu em 1982, no mercado de Nova Iorque, sem essas linhas, que eram tomadas a curtíssimo prazo pelos bancos brasileiros para financiar o balanço de pagamentos e empréstimas internamente a longo prazo, as agências desses bancos "quebram". E apelam para o Banco do Brasil, que tem que ser socorrido pelas autoridades monetárias norte-americanas, com empréstimos-ponte ou assistência de liquidez.

Romper com o Fundo representa romper com todo o sistema financeiro internacional, ou seja, perder essas linhas. A sobrevivência, no entanto, não é impossível, é apenas difícil.

Como provavelmente o Governo brasileiro não deve estar disposto a enfrentar essas dificuldades, há uma espécie de jogo no discurso governamental. Ao mesmo tempo que o Brasil está anunciando que vai endurecer mais com o FMI e que não abre mão de um corte de déficit público menor, como também não aceita crescimento econômico abaixo de 5% para este ano, na realidade o país está se enquadrando ao máximo nos preceitos dessa instituição internacional, com acordo ou sem acordo.

A inflação já está caindo para uma taxa anual de 180%, como havia solicitado a missão do FMI. O corte no déficit público, bem ou mal, está sendo feito, e em dimensão elevada. Um corte de Cr\$ 28,6 trilhões nas despesas do Governo, com aumento de arrecadação de Cr\$ 17 trilhões e atrasos em pagamentos, que gerem mais cerca de Cr\$ 12 trilhões, não pode ser considerado um ajuste insignificante.

Superávits comerciais de mais de 11 bilhões de dólares e transferência para o exterior de 12 bilhões a 13 bilhões de dólares em juros também não podem ser vistos como um esforço pequeno do Brasil no sentido de atender a seus credores. O país, para se ter uma idéia, enviou para o exterior, em 1984, Cr\$ 21,14 trilhões, ou seja, 5,4% do Produto Interno Bruto, que foi de Cr\$ 386,9 trilhões. Ao reativarem, alias, as linhas de curto prazo ao Brasil, os bancos se estão devolvendo um pouco desses recursos ao país. Provavelmente porque não têm opção melhor de aplicação da renda líquida do Brasil que é enviada para o exterior, ou seja, é a poupança brasileira que volta.